

**MANIFESTO PARA AS ELEIÇÕES
PARA O PARLAMENTO EUROPEU 2004**

**Solidariedade Social
e Erradicação da Pobreza:
uma visão para a União Europeia
em alargamento**



Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Av. Santos Dumont, 57 - 1º Esq.

1050-202 LISBOA

www.animar-dl.pt

www.facebook.com/associacao.animar

<http://agencianimar.com>

www.cidadaniaemp Portugal.pt

animar@animar-dl.pt

Telef.: 21 952 74 50/1

exclusão social. Isto é verdade em relação a diferentes dimensões sejam elas de género, de etnicidade, de religião, de orientação sexual, de idade e de deficiência. São necessárias novas directivas comunitárias para a promoção da igualdade e para o combate à discriminação nestes domínios, e, paralelamente são igualmente necessários financiamentos e programas que promovam a inovação e a cooperação transnacional.

Este documento é subscrito pela totalidade das Redes Nacionais da European Anti-Poverty Network (15 Estados-Membros da União Europeia).

Em Portugal o documento foi já subscrito pelas seguintes entidades:

Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal - REAPN

Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

União das Mutualidades Portuguesas

Centro de Estudos para a Intervenção Social - CESIS

Liga Portuguesa dos Deficientes Motores

CERCICA

FENACERCI

Solidariedade Imigrante - Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes

Centro de Apoio aos Sem-Abrigo - CAIS

O Companheiro - Associação de Fraternidade Cristã

CGTP-IN

3. A promoção de um reforço da estratégia europeia de Inclusão Social com o objectivo de produzir **um impacto decisivo na erradicação da pobreza e da exclusão social até 2010** através:

- do acordo para **um objectivo europeu com metas concretas em termos de redução da pobreza e da exclusão social;**
- de um reforço dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão baseados em linhas de orientação e recomendações europeias;
- do estabelecimento de **um renovado Programa de Combate à Exclusão Social que tenha de facto em consideração o processo de alargamento da União Europeia;**
- do **estabelecimento de um Observatório Europeu sobre a Pobreza e a Exclusão Social que garanta o envolvimento de todos os actores relevantes;**
- do desenvolvimento de uma **maior sinergia entre a estratégia europeia de emprego e a estratégia europeia de inclusão, e;**
- de um compromisso que assegure que os programas financiados pelos **Fundos Estruturais são orientados pela estratégia europeia de inclusão social e que tais fundos sejam acessíveis para as organizações não governamentais envolvidas no combate à pobreza e à exclusão social.**

4. Assegurar que a abordagem aos fenómenos de pobreza e exclusão social seja feita tendo em consideração a dimensão multi-dimensional da pobreza e da exclusão social (a pobreza não é só um problema monetário mas também inclui outros elementos, tais como acesso a uma habitação condigna, cuidados de saúde de qualidade, acesso a cuidados à infância e à terceira idade, apoio adequado, diversificado e ao longo da vida para as pessoas com deficiência, oportunidades de aprendizagem e formação ao longo da vida, oportunidades de acesso à cultura...), e que responda aos sentimentos e necessidades que as pessoas que enfrentam situações de pobreza expressam nas suas mais variadas formas sobre a sua realidade concreta.

5. Assegurar que os **sistemas de protecção** social, incluindo esquemas individuais de rendimentos mínimos, sejam adequados para que todos tenham um rendimento suficiente para viver uma vida com dignidade no sentido de reconhecer e estabelecer os necessários acordos sobre *standards* mínimos na União Europeia no que concerne à protecção social e para o combate à pobreza e exclusão social.

Assegurar que a União Europeia se preocupe e actue de uma forma adequada em relação ao tema da discriminação o qual é um factor muito relevante em termos de

MANIFESTO PARA AS ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU 2004

SOLIDARIEDADE SOCIAL E ERRADICAÇÃO DA POBREZA: UMA VISÃO PARA UMA UNIÃO EUROPEIA EM ALARGAMENTO

Introdução

As eleições para o Parlamento Europeu 2004 oferecem uma excelente oportunidade para um debate democrático sobre o tipo de União Europeia que queremos. Uma União Europeia que deseja estar próxima das pessoas não deve basear-se apenas em critérios económicos e regulamentações técnicas mas deve antes estar baseada em valores sociais e numa democracia participativa.

As eleições têm lugar num importante momento na história da Europa com o alargamento da União Europeia para um espaço de 25 países membros e mais outros em fase de adesão e num momento no qual está em curso a elaboração e adopção de uma Constituição para a União Europeia.

Estas eleições também têm lugar num momento em que o poder do Parlamento Europeu é reforçado por relação com as outras duas grandes instituições europeias: a Comissão Europeia e o Conselho da União Europeia. Os resultados destas eleições terão um forte impacto na constituição da futura Comissão Europeia e, em particular, na escolha do Presidente da Comissão.

Durante o mandato do actual Parlamento, importantes passos foram dados no que concerne ao combate à pobreza e exclusão social, com destaque para a adopção de uma estratégia europeia para a inclusão social baseada em planos nacionais de acção para a

inclusão. Ainda assim, e não obstante estes progressos, mais de 55 milhões de pessoas nos 15 estados-membro e mais milhões nos novos estados-membro, vivem quotidianamente enfrentando situações de pobreza e exclusão social. Os membros do futuro Parlamento Europeu, enquanto representantes de todos os povos, devem assegurar que também representam e defendem os interesses destes cidadãos, europeus ou residentes na União Europeia.

Para concretizar isto é evidente que a solidariedade social e a luta contra a pobreza e a exclusão social têm que assumir um maior protagonismo na agenda política da União Europeia.

A EAPN procurará de forma activa tornar visível o debate sobre as políticas sociais no contexto da campanha para as eleições europeias e em particular o contributo que a União Europeia pode dar para a erradicação da pobreza e exclusão social.

Três debates que deveriam ter lugar no contexto das eleições europeias

Esta campanha eleitoral e os debates públicos que originará oferecem uma importante oportunidade para reduzir o alheamento e o distanciamento sentido por parte de muitos cidadãos europeus e residentes no espaço europeu em relação ao projecto da União Europeia, e para abordar assuntos que possam ajudar para aproximar a União Europeia dos seus cidadãos.

Esta campanha constitui também um importante desafio para aqueles que se apresentam como candidatos a estas eleições mas também, e talvez mais importante, constitui um desafio fundamental para os responsáveis pelo despontar de debates públicos em relação a estas eleições, em particular os meios de comunicação social.

A EAPN deseja que os seguintes debates sejam alvo de particular atenção:

- **Mais de 55 milhões de pessoas na UE e muitos mais milhões nos novos estados enfrentam situações de pobreza e exclusão social**

Quais são as causas estruturais desta realidade numa União Europeia que se situa numa das áreas mais ricas do planeta? Como pode a UE encontrar um equilíbrio entre os seus objectivos sociais, ambientais e económicos para que possamos criar e ter instituições e acções que estejam ao serviço das pessoas e do planeta?

- **O crescimento económico não é uma garantia contra a pobreza e a exclusão social**

O crescimento económico é muitas vezes referido como um elemento-chave para

a União Europeia. No entanto, o crescimento económico não reflecte necessariamente uma sociedade saudável e nem sempre está ao serviço do bem-estar de todos. Não garante mais empregos ou uma justa distribuição de rendimentos. Além disso, é importante perceber que o investimento nas pessoas está muitas vezes meramente subordinado a objectivos de competitividade e lucro.

- **Em muitos estados-membro o acesso e a qualidade de serviços disponível está mais ligado ao nível de rendimento do que à implementação e garantia efectiva de direitos fundamentais.**

Com este tipo de abordagem e de contexto, o que significa falar e defender um modelo social europeu? Quais são os efeitos da privatização de bens e serviços públicos? O facto de existirem largas franjas da população complacentes com o risco de ficarem pobres ou de perderem o acesso aos bens e serviços essenciais significa que perderam a sua esperança na capacidade dos políticos e dos governos para resolverem os seus problemas e alterarem esta realidade?

Seis apelos para inclusão nos manifestos dos partidos e grupos políticos

Se o debate sobre uma Europa Social deverá acontecer no contexto das eleições para o Parlamento Europeu, então os partidos políticos e os diferentes grupos parlamentares devem incluir preocupações relevantes relacionadas com este tema nos seus manifestos eleitorais. A EAPN apela aos partidos políticos e grupos parlamentares que tenham particular atenção em relação às seguintes preocupações:

1. A salvaguarda dos progressos alcançados em relação aos **assuntos sociais** na Convenção sobre o Futuro da Europa e na Conferência Inter-governamental, incluindo a incorporação de abordagens transversais (*mainstreaming*) e de luta contra a pobreza e a exclusão social, a Carta dos Direitos Sociais Fundamentais e o reconhecimento do Diálogo Civil no futuro Tratado Constitucional Europeu.
2. A promoção de uma União Europeia baseada no **acesso para todos e todas aos Direitos Sociais Fundamentais** através de um modelo de desenvolvimento sustentável e uma economia social de mercado, que garanta o balanço entre os âmbitos social, ambiental, de emprego e objectivos económicos e que procure ter um reflexo de tais preocupações na sua organização institucional, nas prioridades políticas acordadas no Conselho Europeu da Primavera e no quadro dos futuros Fundos Estruturais.